

## Cronicas

### A morte de um heroi

Dizem que vão partir, lá para Verdun, Champagne ou Flandres, soldados de Portugal...

São irmãos que partem... são portugueses como nós que lá se vão em demanda dum fim que o dever (?) lhes impõe.

Vão, mas é cruel e bem triste diz-lo, sem o padre que na História do país, que nos é berço, jamais deixou de acompanhar, por terras d'além-mar, as tropas que nos conquistaram o nosso patrimonio de tradições epicas e gloriosas. Na despedida as nossas saudades.

Mas, imaginação, ou não sei quê, é o que eu vou contar e que ha-de ser, por força, ámanhã, uma realidade, nos campos da morte...

Dia triste... e, no longe, numa linha imensa, a artilharia furiosa parecia querer revolver a terra... Nas trincheiras, os bravos descendentes daqueles, que Napoleão elogiara nas horas do seu triunfo, espreitaram, atentos, que a voz do chefe bradasse:—A frente, rapazes!...

Chegou esse momento... A voz do comando, imperiosa, bradou:—«Avante!» Foi um relance saltar trincheiras e carregar sobre o inimigo!... Porém, na victoria também ha tristezas, ha feridos e ha mortos... para testemunharem que foi preciso lutar a bom lutar para vencer, e realçarem assim a grandeza dos heróis...

...Dentre os feridos, caiu um joven soldado, rapaz cheio de vida, lá dessas aldeias do Minho, onde a natureza poz cuidados e esmeros em espalhar belezas por aqueles campos e vales...

Ferido, foi levado á ambulancia proxima—donde os feridos eram conduzidos, após os primeiros curativos, a um hospital de sangue, escondido por detraz de um outeiro. Conduzido ali o valente minhoto, pela primeira vez, após o combate, pensou na terra da sua aldeia... lindo povoado que o Lima banha...

Recordações da infancia tudo lhe acode á mente... Ah! os dias da infancia, aqueles dias tão lindos, trocados pelos perigos da guerra!... Retrata a casa paterna, o povoado, os campos esmeraldinos, os regatos, o Lima, mil coisas, enfim...

A saudade persegue-o... que ha-de fazer?... As lagrimas começam de falar claro... Deslizam, uma a uma, como gotas de coral, sobre a face...

...E que o soldado valente, fleugmatico, ao ruido da batalha, onde via a morte... pensou na vida da sua aldeia, cheia de paz, de suavidade e de crença religiosa... Comparou a sua agonia no Hospital de sangue... com a que teria na casa dos paes... lá no seu Minho... Um padre... o bom cura, appareceria lá então, a falar-lhe do céu... Ah, sósinho, sem uma alma viva a recordar-lhe a crença do paraizo, onde já vivem seus avós... —

E o soldado viu-se só... Nunca pensara em ver-se tão sem nitidez como naquele momento...

E dahi a horas o soldado, contente, esperava a morte... Ouvia-se gemidos de dôr pelo salão além... onde reinava, de quando em quando, um silencio sepulcral...

Nisto, longe, trovejava ainda o canhão, e o soldado heroi reunindo as ultimas forças, bradou:

Confessei-me a um estrangeiro, pouco importa, morro contente... perdão-lhes tudol... Santa Maria, salve Portugal!...

...E dahi a instantes era caçaver.

Marc Francon.

## Portugal e a guerra

### SOOU A HORA

Aproxima-se o dia em que as primeiras tropas portuguezas partirão para terras de França, onde vão juntar o seu esforço ao esforço magnifico dos aliados.

A ninguem deve surpreender esta nova, que antes encherá de justificado orgulho todos os corações portuguezes. Soou a hora. Vamos prestar á nossa velha aliada e aos que com ella combatem o inimigo comum, á Alemanha, em condições honrosissimas para o brio nacional um concurso que nos tinha sido reclamado, que lhe deviamos e de que dependem—dizemo-lo absolutamente convencidos e medindo bem as nossas palavras— a salvação, a honra, o prestigio de Portugal. Vamos lavar a afronta da Alemanha e mostrar-lhe, com a bravura dos nossos heroicos soldados, que na alma portugueza não se perderam aquelas antigas e celebradas virtudes que em outros tempos a animaram e a conduziram a grandes cometimentos. Vamos marcar uma posição de destaque nesta guerra em que se jogam os destinos das pequenas nacionalidades.

O moral das nossas tropas é garantia segura de que Portugal saberá honrar os seus compromissos internacionais. Os nossos officiaes, os nossos soldados partem serenos e confiantes, certos de que é a Pátria em perigo, ameaçada nos seus interesses moraes e materiaes que vão defender.

Nunca tivemos duvidas a respeito da valentia e da honra do nosso Exercito tantas vezes demonstradas. E ficamos com a certeza de que muito breve as glorias dos portuguezes, na grande guerra europeia, serão faladas.

Soou a hora. Corações ao alto, que soou uma grande hora. Hora de angustia? É verdade. Mas não daquela angustia deprimente que abate e que acabrunha. Duma angustia que eleva as almas e desperta os corações mais adormecidos, duma angustia que nos sacode e que nos electriza e que põe deante dos nossos olhos para nos alentarmos, para o seguirmos e para o honrarmos esse passado de grandezas que a Pátria Portugueza teve e que é preciso continuar.

É certo que os nossos soldados que vão bater-se por esta terra deixam cá as mulheres e os filhos, os paes e as noivas, os amigos, o lar. Mas isso será motivo para que uma dissolvente piedade nos tome a todos e para que hesitemos nesta hora suprema?

Não. Não fomos nós os culpados desta guerra de extermínio, e se nela entramos é para defender os nossos direitos ameaçados e honrarmos os nossos compromissos; é para que amanhã se possa encetar nesta terra, depositas as ultimas armas, uma era fecunda e maravilhosa de paz e de trabalho sereno, em que tranquilos amanhemos as nossas terras e desenvolvamos o nosso commercio e as nossas industrias.

Tambem os belgas estavam socegados no seu paiz, laborioso e o tufão da guerra destruiu os seus lares e levou-os para as terras do exilio ou deixou-os agonisando sob a pata alemã. Tambem a Inglaterra está sendo ferida por esta guerra no intimo da sua alma, na vida dos seus filhos, na sua industria e no seu commercio só porque defendeu a Bélgica martirizada. E a França? E a Sérvia? E a Italia? E todos os outros paizes que ardem na fôrnilha desta guerra, com os seus filhos a bater-se nas linhas de fogo, com as suas cidades destruidas, com as suas cearas devastadas?

Estamos deante do facto consumado. A guerra é um facto consumado. Aceitamo-lo. Pela nossa honra e até pelos nossos interesses materiaes não podiamos deixar de aceitá-lo. Já nos batemos no nossa Africa. Vamo-nos agora bater em terras de França e os nossos soldados hão de portar-se com a valentia que sempre caracterizou o exercito portuguez.

# CORREIO DA FEIRA

SEMANARIO REPUBLICANO EVOLUCIONISTA

J. Soares de Sa  
Diretor, administrador, pro-  
prietario e editor.

Redacção,  
Administração, tipografia e  
officina de impressão,  
Praça da Republica—Feira.

Publicação semanal, aos sabados de tarde.

Accitam-se e publicam-se in-  
formações ou correspondencias  
que não envolvam responsabi-  
lidade. Não se restituem au-  
tographos.

Toda a correspondencia deve  
ser dirigida á Redacção e ad-  
ministração, —Praça da Repu-  
blica—Vila da Feira.

ASSINATURA  
PAGAMENTO ADIANTADO  
De acordo no conceito da  
Feira e resto do continente.  
As despesas da cobrança  
pelo correio são levadas á  
conta do assinante, acresci-  
das no respectivo recibo.  
Escudos nos Estados Unidos  
do Brazil, e colonias portu-  
guezas.

ANUNCIOS  
por linha, 7 centavos repeti-  
ções, 5 centavos. Permanen-  
tes, preço convencional, im-  
posto do selo á conta do  
anunciante.

Anuncia-se e aprecia-se qual-  
quer publicação de que se  
receba um exemplar.

## NA HORA DA GUERRA

Das correspondências de Paris publicadas em alguns jornaes de Lisboa sabe-se a bela impressão que os officaes do corpo expedicionário portuguez causaram em Paris, onde tem sido recebidos com carinho e entusiasmo. O porte garboso dos militares portuguezes, a sua linha irrepreensivel causaram verdadeiramente sensação. Um desses correspondentes assistiu á passagem de dois alferes portuguezes por uma rua de Paris e conta comovidamente a impressão que os jovens officaes portuguezes fizeram no povo, nos transeuntes que antes de os saberem nossos compatriotas preguntavam, magnificamente surpreendidos, a que nação e a que exercito pertenciam dando-lhes cada um, conforme a sua fantasia, uma nacionalidade. Foi um jornalista que disse a um grupo de populares de onde eram. E contou depois o caso, com estas palavras, num jornal de Lisboa:

—Não meus senhores, disse eu, dirigindo-me ao grupo que escoltava o meu interlocutor, — são portuguezes.

—Portuguezes?—retorquiram eles em côro com não sei que sincera e confiante satisfação, que eu lia nos seus olhares. — Mas são soberbos! Ah! se eles são todos como estes é uma bela tropa!

E' bem justificavel a impressão que os nossos officaes tem causado em França, pelo seu magnifico porte militar que á primeira vista se impõe. Mas a verdade é que não são só o porte, a apparencia exterior, o garbo —que já representam bastante —que atraem sobre eles a carinhosa atenção dos francezes. O que lhes dá em terras de França uma aureola de prestigio é, sobretudo, o espirito que encarnam. Dir-se-ia que é antes um fenómeno da suggestão que se constata e que o grande povo francez olhando-os carinhosamente, vendo-os passar, irrepreensiveis de garbo militar nas ruas de Paris, recebendo-os á sua chegada com franca simpatia, encontra-lhes á primeira vista, sem que eles tenham ainda praticado qualquer acto por onde demonstrem a sua valentia, belas e heroicas qualidades só porque os julga incapaz de não tê-las. E' a tradicional heroicidade da nossa raça que exerce sobre o povo de Paris essa suggestão. Basta sabê-los portuguezes para a gente de França ver nos nossos officaes encarnada a bravura famosa da raça.

O mesmo correspondente parisiense, depois da passagem que transcrevemos e que já era conhecida dos nossos leitores

acrescenta estas palavras ouvidas no grupo de populares que falava dos nossos officaes:

—Sem duvida é um povo que tem sangue. E depois eles portaram-se muito bem, com muita firmeza. Ah! sim foram admiráveis. E' preciso não o esquecer!

Como estas palavras consolam o nosso coração de portuguezes! São os estrangeiros que nos olham assim. Enquanto cá dentro ainda alguns portuguezes —cada vez em menor numero, felizmente—roidos por todos os despeitos e por todos os odios procuram achincalhar a nossa preparação militar, rebaixar a nossa situação internacional, levar na hora máxima da guerra o desânimo ao espirito do povo, é de fóra, é do estrangeiro que vem a consolação áqueles que tem uma parte moral ou material neste grande e magnifico esforço que representa a guerra. Essas nobres e singelas palavras não as ouviu o jornalista no Foreign Office ou no Quay d'Orsay. Colheu-as da boca de um popular, á esquina de uma rua, de passagem, por acaso.

Colheu-as da boca do povo. E pela boca do povo, dir-se-ia que falou a alma heroica e ensaquentada da França com a qual a alma de Portugal vibra nesta hora por uma causa justa e gloriosa. Dir-se-ia que foi a propria França, abrindo os braços ao seu novo irmão de armas, que ele ouviu ao canto de uma rua de Paris e não um homem do povo simples, um anônimo comentando a passagem dos nossos officaes...

«Ah! sim, foram admiráveis. E' preciso não o esquecer!»

Como estas palavras fazem bem e como por si só bastariam para dar-nos força e coragem se elas nos faltassem nesta hora decisiva!

Os nossos aliados não esquecem o nosso esforço e sabem apreciá-lo. Nunca tivemos dvidas a esse respeito. E' por isso que para esse esforço sempre procurámos concorrer na medida das nossas attribuições e do nosso prestimo, sob a egide dessa grande figura de portuguez que é o dr. Antonio José de Almeida pondo acima de tudo a questão internacional, sacrificando tudo á sagrada causa da Pátria.

A situação internacional que a Republica criou ao paiz deve encher de orgulho todos os portuguezes. E a prova de que ela é honrosissima é a recepção amigã e carinhosa que em França tem sido feita aos nossos bravos officaes.

(Da Republica)

# CORREIO DA FEIRA

## SEMANARIO REPUBLICANO EVOLUCIONISTA

J. Soares de Sousa  
Director, administrador, pro-  
prietario e editor.

Redacção.  
Administração, tipografia e  
estampas de Imprensa, s.  
Praça da Republica—Feira.

Publicação semanal, aos sabados

Acrescentam-se publicam-se in-  
formações ou correspondências  
que não envolvam responsabi-  
lidade. Não se restituem as au-  
torias.

Toda a correspondência deve  
ser dirigida à Redacção e ad-  
ministração, —Praça da Repu-  
blica—Vila da Feira.

ASSINATURA  
PAGAMENTO ADIANTADO  
Um escudo no concelho da  
Feira e resto do continente.  
As despesas da cobrança  
pelo correio são levadas á  
conta do assinante, acresci-  
das no respectivo recibo.  
2 escudos nos Estados-Unidos  
do Brazil, e colónias portu-  
guezas.

ANÚNCIOS  
Por linha, 7 centavos; repe-  
tições, 5 centavos. Permanen-  
tes, preço convencional. Im-  
posto do selo á conta do  
anunciante.

Anuncia-se e aprecia-se qual-  
quer publicação de que se  
receba um exemplar.

### A grande guerra

#### Carta de Paris

##### No baluarte do Direito

Prestar homenagem ás victimas dos primeiros embates que, na frente defenderam o direito e a liberdade dos povos e, em seguida, fizeram valentemente frente á opressão teutonica, é um dever de justiça duplamente indicado.

A justiça e a admiração são-lhes devidas primeiramente pelo gesto heroico, pois que realizaram, sem cuidar dos riscos a devisa: *potius mori quam fudari*; mais vale morrer de que desmerecer.

Assim mereceram que justiça e reparação lhe sejam feitas: porque o inimigo não se limitou a abatê-las; tentou consporcá-las. A calúnia alemã deixou cair a sua baba sobre a Bélgica, acusada de ter violado a sua própria neutralidade, de ter empregado contra os exercitos germanicos processos barbaros; explicações tardias mas persistentes da passagem por territorio neutro e das atrocidades cometidas com o pretexto de represálias.

Eles merecem, esses obreiros da resistencia erguidos, desde o primeiro momento, contra os barbaros á custa do seu sangue, detendo-os sem esperança de os vencer, para serem fieis ao dever, que se lhes pague as longas dôres dum exilio corajosamente suportado e duma opressão levada sem esmorecer.

Porque eles resistiram á vaga invasora, amortecendo-lhe o primeiro embate; manteem-se ativos contra o regime opressor e sob o fôco dum inimigo sem pudor; eles patieem o seu sangue de povo livre, admiravel no meio de terras estrangeiras, mas amigas que-lhes abrigam o desamparo.

Se se pretender avaliar o valor destes titulos que a Bélgica tem ao respectivo reconhecimento do mundo civilizado e de todo aquele que ama o direito e a justiça, que se leia a frase soberba e emocionante pronunciada a 27 de agosto de 1914 no parlamento inglez:

«A Bélgica não tinha nenhum interesse em lutar, salvo o interesse unico, supremo, cada vez maior de todo o Estado, grande ou pequeno, digno deste nome, a saber: a preservação da sua integridade e da sua vida nacional. Os Belgas cobriram-se desta gloria imortal que pertence a um povo que prefere a liberdade ao bem-estar, a segurança á propria vida.

Sentimo-nos orgulhosos com a sua aliança e com a sua amizade. Com ele estamos de alma e corpo porque ao seu lado e na sua companhia defendemos ao mesmo tempo duas grandes causas: a independencia dos pequenos Estados e a santidade dos compromissos internacionais.»

O sr. R. Davignon citou esta

magnifica declaração no seu opúsculo *Un peuple en exil. La Belgique en Angleterre*, que deve ser lido para se apreciar a attitude dos Belgas no exilio. O sr. Fernando Passeleq mostra-nos os esforços ineptos da Alemanha *Pour teutoniser la Belgique*. Emfim, seja nos admiraveis discursos do sr. Carton de Wiart agrupados no livro intitulado *La Belgique boulevard du Droit*, seja nas monografias que tem illustrado o rei Alberto e a rainha Isabel, ou os heroes da guerra taes como *Le général Leman*, biografias publicadas pelo sr. Mauricio des Ombiaux, em todas as paginas se resentem os gestos imortaes que para sempre illustrarão a terra heroica onde nasceram, onde morreram tambem tantos valentes que «detiveram os barbaros» e quebraram o impeto do povo monstruoso a que lord Curzon com justiça chamou «o cão raivoso da Europa».

EUGENIO GRISSELLE,  
Secretario do C. C. P. P.

### A resposta dos aliados

Os ultimos jornaes francezes chegados a Lisboa publicam na integra a nota com que os governos aliados responderam á proposta de paz do presidente Wilson e que pôde ser tambem uma resposta ás propostas de paz da Alemanha. É um documento claro e sóbrio, cheio de eloquencia e significação que por si só bastaria para definir a attitude alevantada da Entente nesta guerra. Ressalta em todo elle a justiça da nossa causa e dir-se-lhe que a propria verdade, a verdade nua, illuminada e forte transparece nas suas palavras calorosas.

A paz da Alemanha era simplesmente... uma paz alemã. Não podiam de resto, pedir os que atearam esta guerra feróz se não uma paz que lhes conviesse. A Alemanha sinceramente desejosa de paz? Mas não foi ella que lançou a Europa na maior conflagração da História? Não foi ella, a unica culpada do mar de sangue que alastra pelo mundo?

Não. O que a Alemanha queria era uma paz que a livrasse da derrota inevitavel, o que a Alemanha queria era uma paz que lhe permitisse furtar-se ao justo castigo que a sua obra criminosa lhe acarretará.

Claro que os aliados anseiam pela paz, mas por uma paz que garanta o socego e a tranquillidade ao mundo, uma paz fecunda e maravilhosa em que fique assegurado o principio das nacionalidades e em que o progresso possa continuar a sua trajetoria luminosa para o bem-estar e a felicidade dos povos. Essa paz virá, há de vir. Nesse dia, porém, a Alemanha estará reduzida ás suas proporções e em condições de não poder perturbar a tranquillidade da Europa e o triunfo da causa da Civilização e da justiça completamente assegurada.

Diz assim a resposta dos aliados ao presidente dos Estados-Unidos da America do Norte:

Os governos aliados receberam a nota que lhes foi remetida, a 19 de dezembro de 1916, em nome do governo dos Estados-Unidos. Examinaram-na com a attenção que lhes é inspirada simultaneamente pela nitida compreensão que tem da gravidade da hora presente e pela sincera amizade que os liga ao povo americano.

De uma maneira geral, tem a declarar que prestam homenagem á elevação de sentimentos em que se inspira a nota americana e que se associam de todo o coração ao projecto de criação, de uma liga da nação, para assegurar a paz e a justiça através do mundo. Reconhecem todas as vantagens que representará, para a causa da civilização e da humanidade, a instituição de leis internacionaes, destinada a evitar os conflitos violentos entre as nações, leis que deverão completar as sanções necessarias para garantir a sua execução, impedindo assim que uma segurança aparente não sirva senão para facilitar novas agressões.

Mas uma discussão sobre as resoluções futuras destinadas a assegurar uma paz duravel, pressupõe antecipadamente uma liquidação satisfatoria do conflito actual. Os aliados desejam, tão sinceramente como o governo dos Estados-Unidos, ver terminar o mais cedo possivel a guerra, de que os imperios centraes são responsaveis e que inflige á humanidade tão cruéis sofrimentos. Mas entendem que é impossivel realizar, desde já, uma paz que lhes assegure as reparações, as instituições e as garantias a que lhes dá direito a agressão de que foram objecto por parte das potencias centraes e cujos intuitos visaram a arruinar a segurança da Europa; uma paz que permita, por outro lado, estabelecer sobre bases solidas o futuro das nações europeias. As nações aliadas tem a consciencia de que combatem, não por interesses egoistas, mas sobretudo pela salvaguarda da independencia dos povos, do direito e da humanidade.

Os aliados tem plenamente a noção dos prejuizos e dos sofrimentos que a guerra faz suportar tanto aos neutros como aos beligerantes, e lastimam-os; mas não se consideram responsaveis, pois que não quizeram, de forma alguma, nem provocaram esta guerra, e esforçam-se em atenuar esses prejuizos na medida que for compativel com as exigencias inexoraveis da sua defesa. Contra as violencias e as perfidias do inimigo,

Foi, por isso, com satisfação, que registaram a declaração nesse sentido feita de que a nota americana não se relacionava de forma alguma, na sua origem, com a das potencias centraes, transmitida em 18 de dezembro pelo governo norte-americano. Não duvidam, nem por sombras, do cuidado tido por esse governo em evitar a simples apparencia de um apoio moral que fosse concedido aos autores responsaveis da guerra; mas julgam-se no dever de protestar, da maneira mais amigavel mas mais nitida, contra a assimilação estabelecida, na nota americana, entre os dois grupos beligerantes.

Essa assimilação, baseada nas declarações publicas das potencias centraes, está em opposição directa á evidencia, tanto no que toca ás responsabilidades do passado como no que respeita ás garantias do futuro. O presidente Wilson, mencionando essas declarações, não quiz certamente associar-se a ellas.

Se há um facto historico estabelecido na hora actual, esse é o proposito de agressão da Alemanha e da Austria para assegurar a sua hegemonia sobre a Europa e o seu dominio economico sobre o mundo. A Alemanha provou, pela declaração de guerra, pela violação immediata da Bélgica e do Luxemburgo e pela forma como conduziu a luta, o seu sistemático desprezo de todos os principios de humanidade e de todo o respeito pelas nações pequenas. A medida que o conflito avançou, a attitude das potencias centraes e dos seus aliados foi um continuo desafio á humanidade e á civilização.

Será preciso recordar os horrores que acompanharam a invasão da Bélgica e da Sérvia, o regime atroz imposto aos paizes invadidos, o massacre de centenas de milhares de armenios inofensivos, as barbaridades exercidas contra as populações da Siria, os raids de zepelins sobre cidades abertas, a destruição, pelos submarinos, de paquetes e de navios mercantes, mesmo os que

mavejavam com pavilhões, o cruel tratamento infligido aos prisioneiros de guerra, os assassinios jurídicos de miss Cavell e do capitão Fryatt, a deportação e a escravidão das populações civis, etc...? A execução de semelhante série de crimes, perpetrada sem o menor temor pela reprobção universal, explica amplamente ao presidente Wilson o protesto dos aliados.

Julgam eles que a nota que entregaram aos Estados Unidos, replicando á nota alemã, responde á pergunta posta pelo governo americano e constitue, segundo as suas próprias expressões, «uma declaração publica referente ás condições segundo as quaes a guerra poderia terminar».

O presidente Wilson deseja ainda mais: ele espera que as potencias beligerantes afirmem claramente os fins que se propõem atingir, proseguindo na guerra; os aliados não têm nenhuma dificuldade em responder a esta pergunta.

Os seus fins de guerra são bem conhecidos: foram já formulados por muitas vezes pelos chefes dos seus diversos governos. Esses fins não serão expostos detalhadamente, com todas as compensações e equitativas indemnizações pelos prejuizos sofridos, senão na hora das negociações. Mas o mundo civilizado sabe que eles implicam, como de toda a necessidade e em primeira linha, a restauração da Bélgica, da Sérvia e do Montenegro, e as indemnizações que lhe são devidas; a evacuação dos territorios invadidos na França, na Russia e na Romenia, com justas reparações; a organização da Europa, garantida por um regime estável e fundado, tanto no respeito das nacionalidades e no direito á absoluta segurança e á liberdade de desenvolvimento económico que possuem todos os povos, pequenos e grandes, como em convenções territoriais e regulamentos internacionais proprios a garantir as fronteiras terrestres e maritimas contra injunções que a restituição das provincias ou territorios outrora arrancados aos aliados, pela força ou contra o voto das populações; a libertação dos italianos, dos slavs, dos romenos, e dos tcheco-slavs da dominação estrangeira; a libertação das populações submetidas á sanguinolenta tirania dos turcos; a expulsão, para fóra da Europa, do imperio otomano, decididamente estranho á civilização occidental. As intenções de Sua Magestade o imperador da Russia, a respeito da Polonia foram já claramente indicadas pela proclamação que ele acaba de dirigir aos seus exercitos.

Não é preciso acrescentar que, se os aliados querem subtrair a Europa ás exigencias brutaes do militarismo prussiano, nunca foi seu desígnio persistirem, como se pretendeu, na exterminação dos povos alemães e na sua desaparición politica. O que eles querem, antes de tudo, é assegurar a paz sobre os principios de liberdade e de justiça, sobre a fidelidade inviolavel ás obrigações internacionaes, em que jámais deixou de se inspirar o governo dos Estados Unidos.

Ligados para a consecução deste fim superior, os aliados estão resolvidos, cada um e solidariamente, a procederem com toda a sua força e a sofrerem todos os sacrificios para levarem, a um fim vitorioso, um conflito de que estão convencidos estarem dependentes não só a sua salvação e a sua prosperidade, como o futuro da propria civilização.

Art. 3.º—Exercerá as funções de chefe do estado maior do corpo expedicionario portuguez o major de artilharia do servico do estado maior, sr. Roberto da Cunha Bastista.

Art. 4.º—Serão expedidas, com a maior urgencia, pela secretaria da guerra, as ordens e instruções que ainda sejam necessarias para a organização da mobilização, concentração e transportes do corpo expedicionario portuguez.

**Os portuguezes na frente de batalha**

A proposito da chegada dos officiaes e sargentos a Paris, escreve o correspondente daquela capital para o *Daily Mail*:

«Vi hoje o inicio da participação activa dos portuguezes na luta que se desenrola na frente occidental—e não exagero dizendo que é um pouco diferente do que os tecnicos tinham calculado e diferente tambem do que eu e os meus leitores poderiam imaginar. Uma sala modesta, num edificio de uma rua estreita de uma velha cidade franceza; um grupo de homens com uniformes «blengris», em volta de uma meza, tendo na sua frente mapas da linha de batalha e um official do estado-maior inglez com um quadro negro ao lado e um mapa numa das mãos, falando-lhes em francez das posições de artilharia em determinado sector que eles provavelmente em breve ocuparão.

A's muitas nacionalidades que definiram logo de começo a sua attitude no conflito com a Alemanha, juntou-se em tempos uma outra; a chegada do corpo expedicionario portuguez á frente de batalha significa que contra a Alemanha tambem ha agora uma nova unidade de combate.

Não será muito grande essa unidade; mas a avaliar por uma primeira impressão de detalhe, os seus elementos são de alto valor. Esses officiaes que encontrei pertenciam á arma de artilharia e na sua face morena de latinos brilhava sincero e vivo interesse pela tecnica profissional em que já obtiveram a respectiva graduação. Formulam perguntas inteligentes e isto é o melhor cumprimento que se pôde dirigir a criaturas que acabaram de ouvir uma explicação.

O soldado nunca deixa de frequentar escolas desde que o chamam ás fileiras. Primeiro é a escola de recrutadas; depois é a escola de batalhão, a de brigada, e a de divisão e a do corpo de exercito e ainda mesmo nos intervalos em que não combatem ele se exercita. O corpo expedicionario portuguez, embora exercitado como está, vai começar o seu trabalho na frente occidental por um periodo de estudo dos metodos da guerra moderna, que variam de mez para mez e até de semana para semana.

A impressão geral que os portuguezes já aqui deixaram é a de uma distincção e de uma energia — a de um exercito bem adequado ao fim que se tem em vista. Não se trata de uma simples formalidade pelo cumprimento da aliança militar, mas sim de um verdadeiro esforço por parte de Portugal dando á grande causa dos aliados tudo o que pôde dar e nas melhores condições possíveis. O exercito portuguez, ainda que pequeno, chega-nos aqui depois de magnificamente instruido no seu paiz e mostra-se decidido e ansioso por aproveitar todas as lições da experiencia. O seu equipamento é muito semelhante ao dos francezes.

Os portuguezes estão satisfeitos com o acolhimento que os seus camaradas inglezes lhes tem dispensado.»

**Assistencia religiosa aos militares**

Foi publicado ante-hontem no «Diario do Governo» o seguinte decreto:

- Artigo 1.º—A assistencia religiosa aos militares que a desejem e que façam parte das forças em operações na guerra será dada por ministros portuguezes das respectivas religiões:
- a) Que na qualidade de militares ou equiparados, entrem na composição das forças em operações;
  - b) Que se oferecerem para acompanhar essas forças;
  - c) Que sejam antigos capelles militares.
- Art. 2.º—Os generaes comandantes das forças em operações na guerra permitirão que os ministros das diversas religiões, façam parte dessas forças, além aos militares, membros das suas confissões, a assistencia

religiosa que eles desejarem, com tanto que as manifestações do culto e as praticas cultuaes não perturbem o servico de campanha e a disciplina das tropas.

§ unico. Os ministros das diversas religiões poderão transportar por conta do Estado as alfaias religiosas de que estritamente careçam para a assistencia religiosa e praticas cultuaes.

Art. 3.º—Os ministros, não militares, das diversas religiões que se oferecerem para acompanhar as forças em operações serão equiparados a alferes e como taes terão direito a transportes, alimentação e alojamento, não lhes sendo, porém, abonado qualquer vencimento por conta do Estado.

§ 1.º Compete aos generaes comandantes das forças em operações na guerra designar as unidades a que devem ficar adidos os ministros das diversas religiões a que se refere este artigo.

§ 2.º Os ministros das diversas religiões, oferecidos nos termos deste artigo, ficam, para todos os efeitos, sujeitos ás leis e regulamentos militares, e as familias adquirem o direito á pensão de sangue, nos termos da legislação em vigor.

§ 3.º Os ministros das diversas religiões que desejem acompanhar as forças em operações, devem requerer ao ministro da guerra a necessaria licença, fazendo acompanhar o seu requerimento de documentos comprovativos da sua situação em face da lei do recrutamento e qualidade de idade e certificado do registro criminal.

Art. 4.º—O ministro da guerra poderá permitir que os antigos capelles militares, que assim o requeiram, acompanhem as forças em operações, a fim de, junto delas, ministrarem a assistencia religiosa que lhes seja solicitada por militares catholicos.

§ unico. Tem applicação a estes officiaes o que se determina nos §§ 1.º e 2.º do artigo anterior.

Art. 5.º—O numero de licenças a que se referem os artigos antecedentes não pôde ser superior, para cada religião, ao numero de capelles militares que existiam nas forças em operações se ainda estiverem em vigor a legislação anterior á proclamação da republica, relativa a esses officiaes.

**Um vapor portuguez repele um ataque de um submarino alemão**

O sr. ministro da França officiou ha dias aos ministerios dos estrangeiros e da marinha, dizendo ter o vapor portuguez «Setubal», ao servico da Intendencia franceza, repellido corajosamente o ataque de um submarino alemão, quando se dirigia de Lisboa para Bordeaux.

O illustre diplomata presta calorosa homenagem á bravura da officialidade e tripulação daquele navio.

Informações que recebemos, confirmam plenamente a noticia que consta do officio do sr. ministro da França.

O vapor «Setubal», safu de Lisboa ha cerca de 10 dias, comandado pelo sr. Antonio Gaspar, que era o immediato do «Machico» por ocasião do ataque de um submarino alemão, nas proximidades das Canarias.

Com a chegada daquele navio a Lisboa, o distincto official, cuja bravura ficou bem demonstrada nessa ocasião, foi promovido, sendo-lhe dado o comando do «Setubal».

Em seguida ao ataque feito de bordo do navio portuguez, o submarino submergiu, não mais aparecendo.

Considera-se como perdido.

**Portugal e a guerra**

O *Diario do Governo* do dia 17 publicou um extenso relatorio do governo acerca da intervenção de Portugal na guerra. A falta de espaço não permite dar-lhe hoje publicidade.

Ao importantissimo documento seguiu-se o seguinte decreto:

«Atendendo ao que me representou o ministro da guerra e usando das autorisações concedidas pelas leis n.º 273, de 2 de dezembro de 1911, e n.º 491, de 12 de março de 1918, no p.º 1.º, ouvido o conselho de ministros, decreto o seguinte:

Artigo 1.º—Procede-se-ha, desde já, a organização de um corpo expedicionario destinado a combater em França contra a Alemanha, aliado das exercitos das nações aliadas.

Art. 2.º—Assumirá o comando do corpo expedicionario portuguez o general Fernando Tamagnin de Albuquerque e Silva, que terá a competencia que as leis e regulamentos em vigor conferem ao comando em chefe dos exercitos em operações; e usará como distinctivo do seu posto e função, além das tres estrelas de prata, o escudo da Republica.

Portugal e a guerra

O *Diario do Governo* do dia 17 publicou um extenso relatorio do governo acerca da intervenção de Portugal na guerra. A falta de espaço não permite dar-lhe hoje publicidade.

Ao importantissimo documento seguiu-se o seguinte decreto:

«Atendendo ao que me representou o ministro da guerra e usando das autorisações concedidas pelas leis n.º 273, de 2 de dezembro de 1911, e n.º 491, de 12 de março de 1918, no p.º 1.º, ouvido o conselho de ministros, decreto o seguinte:

Artigo 1.º—Procede-se-ha, desde já, a organização de um corpo expedicionario destinado a combater em França contra a Alemanha, aliado das exercitos das nações aliadas.

Art. 2.º—Assumirá o comando do corpo expedicionario portuguez o general Fernando Tamagnin de Albuquerque e Silva, que terá a competencia que as leis e regulamentos em vigor conferem ao comando em chefe dos exercitos em operações; e usará como distinctivo do seu posto e função, além das tres estrelas de prata, o escudo da Republica.

**ANUNCIAÇÃO**  
**PAGAMENTO ADIANTADO**  
 Um escudo no cunhal da Feira e resto do continente. As despesas da cobrança pelo correio são levadas à conta do assinante, acrescidas no respectivo recibo.  
 2 escudos nos Estados Unidos do Brazil e colónias portuguesas.

**Anuncios**  
 Por linha, 7 centavos; repetições, 5 centavos. Permanentes, preço convencional, imposto do selo à conta do anunciante.

Anuncia-se e aprecia-se qual quer publicação de que se receba um exemplar.

J. Soares de Sa  
 Director, administrador, proprietario e editor.

**Redacção.**  
 Administração, Tipografia e oficinas de impressão, Praça da Republica—Feira.

Publicação semanal, aos sábados de tarde.

Acceptam-se e publicam-se informações ou correspondências que não envolvam responsabilidades. Não se restituem autógrafos.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Redacção e administração.—Praça da Republica—Vila da Feira.

# CORREIO DA FEIRA

SEMANARIO REPUBLICANO EVOLUCIONISTA

## A INTERVENÇÃO MILITAR DE PORTUGAL NA GUERRA

Exposição oficial e publica dos motivos que levaram o nosso paiz á situação de beligerancia em que se encontra

**Com a partida das nossas tropas para as linhas da frente occidental encerra-se um periodo que podemos considerar decisivo**

Assinada a convenção entre Portugal e a Grã-Bretanha, para os efeitos da intervenção militar portuguesa na conflagração europeia; chegada a hora de partirmos as nossas tropas para as linhas da frente occidental, onde irão combater junto dos nossos antigos e leaes aliados, encerra-se um periodo que na nossa situação internacional, em presença do grande conflito que se está desenrolando, podemos considerar decisivo. Este facto, para sempre notavel na historia patria, significa o termo logico duma cadeia dos acontecimentos que o tornavam inevitavel, e é tambem a resultante duma attitude que, assumida logo no principio da guerra europeia, o povo portuguez, firme e inalteravelmente, manteve, aceitando, como lhe cumpria, todas as suas possíveis eventualidades.

O paiz, o mundo inteiro, sabem qual foi sempre essa attitude e conhecem esses acontecimentos. O Governo Portuguez nada occultou á Nação, de que é representante; nada occultou a amigos nem a inimigos, e por isso mesmo nada de essencial tem a revelar. A medida que era chegado o momento das resoluções positivas, essas resoluções eram propostas ao Parlamento, submetidas á sanção do seu poder soberano. Cada periodo que requeria as suas declarações necessarias e marcava o termo duma fase das negociações diplomaticas, dos acordos entre os dois paizes que, pela sua velha aliança, estavam e estão intimamente ligados, assinalava-se por essa sanção que o Governo immediatamente solicitava. Com a consciencia do dever cumprido, com a segurança de não haver esquecido a fidelidade devida aos compromissos de honra do paiz, nem o respeito pelos orgãos legitimos da vontade nacional, nem a superior preocupação dos altos interesses da patria, o Governo Portuguez considerava-se no direito de afirmar que a sua acção neste grave e critico momento da nossa historia foi clara, explicita, franca, desassombrada e digna, como convinha ás tradições da gloriosa nacionalidade que representa perante o mundo. Não se envolveu em sombras, não se enleou em sofismas, não se retraiu, não tergiversou, não hesitou, não se desviou da linha de conduta que, ao ressoarem os primeiros tiros de canhão do prelio gigantesco, serena, mas intrépidamente, resolveu tomar, com a certeza de interpretar fielmente os sentimentos do Nação.

Quando, findas as negociações internacionais pendentes, Portugal, como os outros paizes aliados, lhes dêr o seu remate diplomatico, publicando o seu «Livro Branco», esta verdade reconhecer-se-lia, sem que nenhuma circumstancia por minima que seja, possa de qualquer fórma invalidar a afirmação produzida, assim como desde já não é licito a ninguem contestar que a attitude assumida por Portugal foi sempre uma attitude logicamente orientada pelos seus honrados compromissos, pelos seus generosos sentimentos, pelos mais sagrados interesses da nação, e determinada pelas circumstancias que requeriam a execução desses compromissos, a expressão desses sentimentos, e a salvaguarda desses interesses.

De tudo teve conhecimento o paiz. Não foi conservado na ignorancia de nenhuma das medidas officias que o governo decidiu tomar em relação aos variados incidentes deste periodo que se abriu com o proprio inicio da conflagração europeia. Conhece os factos que nos punham como conhece aqueles que nos nobilitam e compensam. Mas não ha duvida que esses factos se dispersam já num lapso de tempo relativamente grande como é tambem certo que ainda não foram devidamente concatenados, dando-se-lhes a necessaria sequencia e ligação. O governo portuguez entende que é este o momento azado para a exposição official e justificativa dos motivos que levaram o nosso paiz á situação de guerra em que se encontra.

Partem as nossas tropas para a frente occidental da Europa, onde vão terçar armas com o inimigo, como já em Africa com ele tem estado e estão em combate. Os soldados portuguezes em toda a parte onde lhes é possível encontram-se em contacto com o inimigo afrontam os seus golpes e saberão retribuir-lhes. Recordar as razões supremas que levaram a Patria a pedir-lhes o seu sacrificio e o seu heroismo, é um dever a que o governo portuguez nunca pensaria eximir-se.

**Se esta guerra é de alianças, porque, invocando alianças, as nações se batem entre si, Portugal não podia declarar a sua neutralidade porque isso seria ignorar o espirito e o estado actual da aliança anglo-lusa**

No dia 9 de março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal. Este facto tem antecedentes e consequentes. Na nota entregue ao governo portuguez por ordem do governo imperial, pelo seu representante em Lisboa, o sr. Rosen, os motivos dessa resolução são extensamente alegados, ofendendo-se umas vezes propositalmente a verdade dos factos e desnaturando-se noutras a sua precisa significação. São esses antecedentes que convém fixar na exacta narrativa e no verdadeiro caracter dos acontecimentos e das suas determinantes. A attitude da Alemanha para com Portugal foi durante muito tempo enigmática, dubia e desleal. A attitude de Portugal para com a Alemanha foi sempre clara, franca e insofismavel.

A conflagração europeia iniciou-se em 28 de julho de 1914, pela declaração de guerra da Austria á Sérvia, o que determinou a intervenção

da Russia, a qual, fiel aos seus principios de protecção á raça slava, decidiu não consentir que esse pequeno paiz fosse sacrificado ás ambições que premeditavam esmagá-lo. Como a Alemanha era aliada da Austria, a Alemanha no dia 2 de agosto declarava a guerra á Russia. É conveniente notar que esta guerra formidavel em que hoje catorze povos se debatem é uma guerra fundamentalmente de alianças. Quasi todas essas nações nada tem directamente com a questão inicial do conflito. Lutam pelas suas alianças. Lutam porque comprehendem que sem essas alianças a sua existencia póde de um momento para o outro periclitar. O isolamento das nações europeias já não é possível sem graves riscos. Ligou-se á França o colosso moscovita. A propria Inglaterra, apesar do seu poderio, dos seus ineguaes recursos e da sua privilegiada posição geographica, renunciou, merecedor de uma nova visão politica, á sua antiga situação internacional, criando, com a França e a Russia, a Triple Entente. Até uma potencia asiática, o Japão, procurou na Europa uma aliança, a da Inglaterra. A Turquia e a Bulgaria tornaram-se aliadas da Alemanha elevadas a isso pela presente guerra, como a Italia, a Bélgica, a Sérvia, o Montenegro, a Romenia, o são hoje, nas mesmas condições das potencias da Entente. Fora desses grupos, mais ou menos recentes de alianças, só ha um paiz ha seculos aliado da Inglaterra. Esse paiz é Portugal.

Se esta guerra é de alianças porque, invocando alianças, as nações se batem entre si, qual poderia ser a situação de Portugal desde que no dia 5 de agosto de 1914 a Inglaterra, em consequencia da violação da neutralidade da Bélgica, se considerou em estado de guerra com a Alemanha? Poderia ele declarar a sua neutralidade? Supô-lo é ignorar fundamentalmente o caracter, as tradições, o espirito e o proprio estado actual da aliança anglo-lusa.

Precisamente, pouco mais de dois anos antes de rebentar a conflagração, em 15 de março de 1912, o sr. dr. Augusto de Vasconcelos, então presidente do ministerio e ministro dos negocios estrangeiros, tivera enese de apresentar ao parlamento — em conformidade com os textos dos tratados em vigor, entre os dois paizes, até 1815, que o Governo Britânico apresentará á Camara dos Lords em dezembro de 1898 — a codificação das clausulas desses tratados que ha seis seculos ligam a Inglaterra a Portugal. O primeiro desses tratados, que o chefe do governo portuguez enumerou, é o de 1373 entre Eduardo, rei de Inglaterra e França, e D. Fernando, rei de Portugal e dos Algarves. Seguem-se os de 1380, 1642, 1654, 1660, 1661, 1703, e o tratado de 1815 de Viena. Por meio das clausulas essenciaes que, em conformidade com esses textos em vigor, apresentados pelo Governo Britânico á Camara dos Lords, na data referida, se fixaram os diversos tratados anglo-portuguezes, sempre reconhecidos e acatados

tanto pela Inglaterra como por Portugal, ficaram constituindo como que um unico tratado, actualizando um pacto internacional que é o mais antigo que se tem mantido na Europa e que indissolvemente une os dois paizes. A impressão causada por essa nova e categorica confirmação da aliança foi tão viva que o parlamento resolveu que o discurso do chefe do governo, em que ela se continha, fosse impresso, enviado a todas as autoridades e afixado nos lugares publicos.

Estava pois bem recente a recordação dos textos da aliança, reavivada apenas, porque ela nunca deixou de ser considerada pelo povo portuguez como uma das bases do desenvolvimento da nacionalidade. Ninguém em Portugal ignorava o compromisso desde longos seculos tomado entre os dois paizes, e que mais uma vez se acentuára com tão solenes declarações, e o Governo Portuguez só tinha de inspirar-se nos deveres e nos sentimentos nacionaes, como o Governo Britânico não podia esquecer essa velha aliança que fóra, durante largo tempo, a unica a que se encontrara ligado. Por isso quando, em 5 de agosto, a Inglaterra ficou em estado de guerra com a Alemanha, imediatamente se assentou na abstenção de qualquer declaração de neutralidade portugueza.

Na sessão de 7 de agosto de 1914, o Governo Portuguez convocava o parlamento para lhe pedir que o habilitasse com as facilidades necessarias para fazer face ás difficuldades que internamente pudessem surgir como consequencias da guerra, e, em relação á situação externa, alia o sr. dr. Bernardino Machado, então presidente do ministerio, a seguinte declaração, que foi unanimemente sansonada pelo parlamento e entusiasticamente sublinhada pelas manifestações da opinião publica:

«Logo após a implantação da Republica todas as nações se apressaram a declarar-nos a sua amizade e uma delias a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte, tendo feito, necessariamente, tudo para corresponder a essa amizade que devéras prezamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contrainamos e a que em circumstancia alguma faltariamos. Tal é a politica internacional de concordia e de dignidade que este governo tembra em continuar, certo de que assim solidariza indissolvemente os votos do venerando chefe do Estado com o consentimento colectivo do Congresso e do povo portuguez.»

Foi este o primeiro documento official, publico, da attitude de Portugal perante o conflito europeu. Não se declarou a neutralidade; afirmou-se pelo contrario, o proposito seguro e decidido de cumprir todos os deveres de aliança com uma das nações em guerra, «deveres a que em circumstancia alguma faltariamos». O compromisso de auxiliar a Inglaterra, em tudo quanto nos fosse possível, estava contido nessa declaração, em que se assegurava uma lealdade absoluta á aliança livremente contraída e na qual os dois paizes se obrigam a mutuamente se coadjuvarem na hora do perigo. Não podia a Alemanha alegar ignorancia das disposições em que Portugal se

encontrava, e que officialmente, no Parlamento, o seu governo havia expressado. Não as ignorava o seu representante em Lisboa, e por isso a nota da declaração de guerra propositalmente adúltera os factos quando apresenta as facilidades e auxilios que dispensamos á nossa aliada até esse momento como uma prova de deslealdade em relação á Alemanha e um testemunho de vassalagem em relação á Inglaterra. Portugal procedeu para com a Inglaterra como a Inglaterra procederia para com Portugal em identicas condições, isto é, cumprindo fielmente os deveres de uma aliança que por igual obriga e nobilita os povos que a contraíram, e que desassombradamente a evocarão sempre, sem que, nem por sombras, procurem eludir as suas responsabilidades ou eximir-se ás consequencias, quaesquer que ellas sejam, que do cumprimento desses deveres lhes resultem.

Tomado o compromisso solene de 7 de agosto de 1914, ele não significou, porém, que tivéssemos em mira hostilizar a Alemanha. Como desse compromisso se conclua, Portugal ficava numa expectativa. Afirmação os seus sentimentos, declarará que mantinha, em todos os seus termos e clausulas, a aliança que o ligava a um dos paizes em luta, mas os acontecimentos da guerra, a invocação dessa aliança, e que decidiram da sua acção. A nota de declaração de guerra aliada, como a um dos agravos feitos por Portugal á Alemanha, ás expedições que foram enviadas á Africa, e a primeira das quaes começou a organizar-se logo nos primeiros dias da guerra, acrescentando que se disse então abertamente que ela era dirigida contra os alemães. Não ha nenhuma declaração official nesse sentido. Essas tropas partiram como reforço ás guarnições militares das nossas colónias de Angola e Moçambique, limitrofes de presumíveis teatros de guerra. O pensamento do governo portuguez, que seria o de todos os governos, em condições semelhantes, mesmo neutras, foi um pensamento preventivo, baseado na defeza dos nossos territorios. Não tardou muito que os factos claramente demonstrassem que esse pensamento não obedecia a um infundado receio, mas sim a uma previsão segura, que o aggressivo temperamento alemão plenamente justificava.

Dezanove dias apenas tinham decorrido desde que a Alemanha estava em guerra com a Grã-Bretanha, e no dia 24 de agosto de 1914, em regiões afastadissimas dos campos de batalha de Europa, onde a sorte da guerra se tem de decidir, um posto portuguez da Africa Oriental, situado no norte da colonia de Moçambique, e fronteiro da colonia alemã, o posto de Mazina, era taçoicamente atacado, de madrugada, por uma força germanica, composta de cipais e varios auxiliares armados. O chefe do posto, surpreendido no leito, foi morto a tiro, quando saia do seu quarto, despertado pelo ruido do assalto, não sofrendo a mesma sorte a guarnição desse posto

porque conseguira fugir para o mar, reconhecendo a desproporção das suas forças em presença do numero dos assaltantes. Os alemães entraram no posto, apoderaram-se de todos os valores que lá encontraram, e em seguida incendiaram-o. O mesmo fizeram ás palhotas anexas e até a uma pequena povoação proxima. Foi tudo pasto das chamas.

Estava derramado o nosso primeiro sangue, e quem o derramavam eram os alemães, sem que Portugal os houvesse hostilizado. Os alemães continuavam em territorio portuguez, fazendo os seus negocios, vivendo desafogadamente, quer na metropole, quer nas ilhas e colonias, sem que ninguém os importunasse ou agredisse. O ministro da Alemanha permanecia tranquillamente em Lisboa, sem que o governo fizesse reparo á declaração parlamentar de 7 de agosto, o que aliás era natural, porque a Alemanha bem sabia que eramos aliados da Inglaterra, e por isso havíamos de respeitar e cumprir, em qualquer eventualidade, os deveres da aliança. Nem seria a Alemanha que, invocando uma aliança, entraria na guerra, quem pudesse estranhar, sequer, que os outros povos ás suas alianças se mantivessem fieis. Todavia, breve se reconheceu que o posto de Mazina obedecia a um plano destinado a executar-se logo que um conflito se estabelecesse entre o seu país e Portugal ou a Inglaterra, porque a Inglaterra Portugal era aliado. Não é crível que um pequeno nucleo de alemães tomasse, sem nenhuma especie de hostilidade manifestada pelos seus visinhos, uma iniciativa tão grave, se não estivessem certos de que do plano de conquista do seu governo fazia parte a invasão das nossas colonias. Os assaltantes possuíam fotografias do posto de Mazina. Haviam conseguido obtel-as anteriormente, e não lhes fóra isso difícil porque como amigos se apresentavam, acalentando já no intimo os projectos da traição e da chacina. Desencadeada a guerra, eles pensavam na evasão das nossas colonias e esse pensamento ainda mais se pateiteou pouco depois nas incursões de Naulila e do Cuangar. Não puderam levar por diante os seus propositos, mas ficou bem marcada a sua intenção, demonstrando qual seria a sorte das nossas colonias africanas se porventura a vitória corrasse os designios imperialistas da Alemanha.

O sangue portuguez corrêra primeiro do que o alemão. Os processos que os alemães contra nós empregaram na Africa, sem que os hostilíssemos, eram os mesmos que tinham empregado na Europa: a cilada, a traição, a matança, o incendio e o saque. Renovaram a sua tentativa de incursão em 19 de outubro, na fronteira de Angola, em Naulila, onde o bravo alferes Sereno lhes não consentiu que impunemente a realisassem. Para se vingarem, atacaram dias depois, em 30 do mesmo mez, a fortaleza do Cuangar, manifestando uma ferocidade sem limites. Alta noite, de surpresa, como em Mazina, entraram no forte e massacraram a guarnição, escapando só um cabo e duas praças indigenas, que conseguiram ocultar-se. Um commerciante que se encontrava no forte foi igualmente vítima do furor canibalesco dos alemães. Ao tenente Machado, amarraram-lhe uma corda ao pescoco, puxaram-o para fóra do seu quarto, e como ele pedia que o não torturassem, antes o matassem, prostaram-o com baionetadas no ventre. O tenente Durão foi morto em trajos menores, quando se levantava sobresaltado pela confusão do ataque. Tiveram a mesma sorte um sargento e muitas praças europeias e indigenas. Ao mesmo tempo uma metralhadora fazia fogo sobre o posto, do outro lado do rio. E é de reparar que, dias antes, portuguezes e alemães tinham confraternizado em um almoço, onde ficára combinado advertirem-se lealmente se ordens recebessem no sentido de abrir hostilidades.

Como em Mazina, os alemães saquearam tudo o que havia na fortaleza, não escapando o que pertencia ao commerciante assassinado. Mandaram arrazar o forte pelo gentio que os acompanhava, e trataram de proseguir na sua obra de destruição.

Marcharam pelo territorio portuguez, levando tudo a ferro e fogo. Atacaram o posto de Bunje, queimaram o posto de Sambio; arrazaram o posto de Dirico, atacando-o com duas metralhadoras; tomaram o posto de Mucusso, aprisionando os soldados que lá se encontravam, mas que depois conseguiram fugir, com excepção apenas de dois. Só não se atreveram a atacar o posto de Cuanaval, porque sabiam que a sua guarnição estava em condições de lhes resistir.

São estes os factos, positivamente de guerra, e demonstrativos da hostilidade alemã, desde os inicios da confagração europea, que cumpre contrapôr ás alegações da nota do Governo Imperial, na qual a Alemanha procura inculcar-se como vítima do nosso espirito aggressivo.

Entretanto na metropole, mas sem que esses factos podessem ter exercido qualquer influencia dos successos de Africa, acima descritos—e as datas o comprovam—os acontecimentos iam seguindo uma evolução natural, que a gravidade da guerra estabelecia e justificava. No dia 28 de setembro, um navio de guerra inglez, o «Argonaut», vinha a Lisboa saudar, por ordem do seu governo, a bandeira portugueza, e, decorrida apenas uma semana, no dia da festa nacional, em 5 de Outubro, um navio de guerra da França, o «Dupetit Thouars», igualmente por ordem do seu governo, e para o mesmo fim, veio tambem espontaneamente ao nosso porto testemunhar as suas homenagens a Portugal, aliado da nobre nação, que ao lado da França combate desde os primeiros recontros com os alemães. Diz a nota da declaração de guerra, apresentada pelo sr. Rosen, que «o governo portuguez apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Imperio Alemão por actos contrarios á neutralidade». O governo portuguez prestou sempre á Inglaterra, em conformidade com os deveres da aliança e com a declaração de 7 de Agosto de 1914, os auxilios e facilidades que o governo britânico lhe solicitou. Mas nunca o fez subrepticamente, traçoicamente; fê-lo sempre com lealdade e desassombro. A neutralidade nunca foi declarada por Portugal; nunca existiu. «Não abastecemos de carvão os navios alemães; os navios de guerra inglezes permaneceram nos nossos portos; entregamos um caça-torpedeiros á Inglaterra.» Esses factos e outros que a nota alemã aponta, só poderiam ser imputados a Portugal como uma incorrecção ou uma deslealdade se o governo portuguez tivesse declarado a sua neutralidade. Ora, pelo contrario, a solidariedade com a Inglaterra fóra oficialmente aprovada no Parlamento, pela declaração de que nunca faltariamos aos deveres da aliança, que devíamos e queríamos cumprir, mesmo á custa dos maiores e mais dolorosos sacrificios.

O Governo Portuguez facultou á Inglaterra todo o auxilio, toda a co-opeção de que ela careceu—acedendo sempre do melhor grado aos seus convites. Sustentou inalteravelmente, sem hesitações nem receios, o claro e leal compromisso tomado. Nunca a nossa aliada recorreu ao esforço, á solidariedade de Portugal, que o não encontrasse singelamente, mas firmemente, ao seu lado. Deulhe o seu concurso moral e o seu concurso material, e tão disposto se mostrou a dispensar-lhos em toda a latitude dos seus concursos, que, logo nos meados de Outubro de 1913—como o chefe do Governo que então se encontrava no poder, o sr. dr. Bernardino Machado, mais tarde o acentuou na declaração ministerial de 2 de Dezembro de esse ano—missão oficial de militares portuguezes partiu, em virtude de negociações anteriores, para Londres, onde conferenciou com os altos representantes do exercito inglez sobre a nossa solidária acção em campanha.

Foi essa missão recebida com os primores da mais viva sympathia, e no acolhimento dispensado aos ilustres officiaes que a compunham, bem claramente ficou demonstrado o justo apreço em que eram tidos os nossos bravos soldados. O grande e malogrado Ministro da Guerra inglez Kitchener, desse apreço deu testemunho em carta dirigida ao Ministro da Guerra portuguez general Pereira

de Eça, acerca dos trabalhos dessa missão, que tambem em França, onde esteve depois da sua ida a Londres, foi alvo de distincões que justificadamente desvaneceram o nosso paiz.

A situação de Portugal perante o conflito europeo tomava o aspecto que era de prevêrem face do compromisso estabelecido na declaração de 7 de Agosto. Por isso, o governo portuguez, no dia 23 de Novembro de 1914, outra vez se apresentava ao Congresso da Republica, para lhe comunicar a nova fase a que a situação internacional chegara. Nessa sessão o sr. dr. Bernardino Machado, presidente do ministerio, apresentou a seguinte proposta de lei:

«E' o Poder Executivo autorisado a intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessario aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra, tomando para esse fim providencias extraordinarias que as circunstancias de momento reclamem».

A seguir o sr. presidente do ministerio leu, em complemento da sua proposta esta nota elucidativa, redigida por accordo entre os governos Portuguez e Inglez:

«Logo no principio da guerra, Portugal afirmou espontaneamente que estava pronto, como aliado da Gran-Bretanha, a dar-lhe todo o concurso. O Governo Inglez, apreciando altamente este claro testemunho de cordel solidariedade, convidou, com entranhavel reconhecimento, o Governo Portuguez a contribuir de facto, consoante entre ambos se estipulasse, com a sua coopeção militar. E, por este modo os dois Governos asseguraram os fins da aliança há seculos já subsistente entre as duas nações, e cuja manutenção tanto é do interesse comum duma e doutra».

O Parlamento saudou, com aplausos, a leitura desta nota, e a proposta do Governo foi aprovada.

(Conclui na proximo n.º).

# CORREIO DA FEIRA

## SEMANARIO REPUBLICANO EVOLUCIONISTA

### A INTERVENÇÃO MILITAR DE PORTUGAL NA GUERRA

#### Exposição oficial e publica dos motivos que levaram o nosso paiz á situação de beligerancia em que se encontra

(Conclusão do ultimo numero)

**A preparação para a guerra.** Entretanto, Naulila... Navios portugueses torpedeados. A utilização dos navios alemães como providencia contra a crise economica. Essa utilização representa tambem mais um daqueles auxilios que Portugal, pelos seus deveres de aliança e em conformidade com a sua attitude, jamais deixará de prestar á Grã-Bretanha.

A cooperação bélica de Portugal ficou assim decidida, não se especificando, porém, o local em que se exerceria, e dependendo necessariamente da data dessa cooperação da organização militar a que o governo portuguez immediatamente resolveu proceder. A falta de material com que lutava o nosso exercito, as deficiencias da sua organização, que o paiz inteiro conhecia, e que resultavam do facto de durante longos annos se ter lamentavelmente descuidado o problema militar em Portugal — problema a que as novas instituições portuguezas, logo após o seu advento, procuraram dar uma solução verdadeiramente nacional — tornavam manifestamente difficil, num breve prazo a constituição de efectivos, convenientemente habilitados a entrar numa guerra em que milhões de homens lutam com os mais aperfeiçoados e formidaveis instrumentos de guerra. O governo portuguez, porém, lançou immediatamente homens a essa empreza, e pôde afoitamente afirmar-se que há muito já as nossas tropas combateriam junto dos seus aliados na Europa, se novos e mais graves acontecimentos, occorridos em Africa o não tivessem a fazer derivar para ali o nosso esforço immediato.

Com effeito em 18 de dezembro desse mesmo anno, pouco mais de um mez após a sessão parlamentar em que fôra resolvida em principio a cooperação militar de Portugal na guerra, dava-se um sangrento combate em Naulila, entre as tropas expedicionárias comandadas pelo coronel Roçadas e as forças alemãs da Damaralandia. Mais uma vez os alemães atravessaram a nossa fronteira de Angola, para nos atacar, tendo tambem provocado a insurreição entre os indigenas submetidos á nossa soberania. Trouve-se combate, retinido, por fim, as tropas portuguezas, mas a vitória esteve indecisa, e lá tão precária, que os alemães não proseguiram na sua marcha, voltando apressadamente aos seus territorios. De altos feitos de valor, praticados por officiaes e praças portuguezas nessa accção igualmente teve o paiz, segundo veridicas informações, o mais amplo conhecimento.

O combate de Naulila não teria sido mais do que um incidente da guerra africana, e as nossas tropas preparavam-se para renovar a luta,

até á invasão da colonia alemã e o desbarato dos seus defensores, se os rápidos progressos das forças africanas que combatiam os alemães da Damaralandia os não levassem a uma capitulação tão completa e tão rapida que não deu tempo a que as forças portuguezas tomassem sobre ellas a desforra de todos os seus atres. Sob a direcção do general Pereira de Eça, que substituiu no comando da expedição o coronel Roçadas, as nossas tropas occuparam-se em reprimir a insurreição dos Cuanhamas, fomentada pelos alemães, sendo ella completamente debelada e rigorosamente punida.

No anno de 1915, apesar dos incidentes de ordem interna que o assinalaram, os trabalhos da organização militar proseguiram por fórma a deixar alimentar a fundada esperanza de que Portugal em breve possuiria um exercito digno das suas tradições e do lugar que occupa na Europa. Essa tarefa não cessou ainda, embora o governo portuguez já hoje possa assegurar ao paiz, com a satisfação de um dever cumprido, que elle possui actualmente a força necessaria não só para a defeza do sólo pátrio como tambem para honrar os compromissos de uma aliança, que só por esse facto se encontra altamente valorizada.

Entretanto as aggressões germanicas não cessavam, embora o Governo Imperial, fingindo ignorar o que em Africa se passára, continuasse a manter em Lisboa o seu representante. No dia 3 de abril, o vapor «Douro» foi metido a pique por um submarino, ou afundado por uma mina alemã, quando vinha em viagem de Cardiff para o Porto. Em fins de maio, outro navio mercante portuguez, o «Cisne», foi igualmente afundado á entrada da Mancha. A este, um submarino alemão torpedeou-o depois de reconhecer a sua nacionalidade portugueza, de ter apreendido os viveres que o navio conduzia e de ter intimado a tripulação á abandoná-lo.

O que o Governo Portuguez não podia evitar, nem governo de nenhum paiz, nas suas condições, o poderia fazer, é que se sentissem dolorosamente entre nós, como nas nações em guerra ou neutras da Europa se sentem tambem, as tremendas consequencias economicas da guerra. Sobre tudo ellas produziram um extraordinario encarecimento da vida, agravando de preferencia ás condições das classes mais desprotegidas da fortuna e pelas quaes os governos mais zelosamente devem olhar. Dependentes da navegação estrangeira pela deficiencia da nossa marinha mercante; tendo essa navegação decrescido, em virtude dos perigos nas travessias em mares infestados de submarinos alemães, e havendo a falta de tonelagem elevado excessivamente o preço dos transportes, não só as nossas importações como a vinda dos productos coloniases se encontraram profundamente prejudicadas. Era dever do Governo suprir essa deficiencia, lançando mão

dos meios precisos para esse fim. Um deles necessariamente se impunha: a utilização dos navios alemães.

Desde o começo da guerra estavam mobilizados nos nossos portos algumas centenas de navios alemães, e que heles se haviam refugiado quando a guerra irrompêra. Durante anno e meio, apesar de progressivamente se terem ido avolumando as difficuldades dos transportes, e de, por via delas, se ter agravado extraordinariamente a situação economica do paiz, o governo portuguez evitou utilizar-se deles, embora uma crescente necessidade publica lho suggerisse, o nosso direito, interno e convencional, a isso plenamente o autorisasse, e as successivas aggressões alemães o justificassem. Chegou-se, porém, a um momento em que já não era possível, nem se poderia explicar, que esses navios permanecessem inmoveis quando o paiz inteiro se debatia com uma temerosa crise de subsistencias. Coincidia ainda com essa imperiosa necessidade do paiz, um não menor interesse da parte da nossa aliada, em que a tonelagem desses navios voltasse á circulação mercantil e a ella pudesse tambem aproveitar, representando assim mais um daqueles auxilios que Portugal, pelos deveres da sua aliança, e em conformidade com a sua declarada attitude, desde o principio da guerra, jamais deixou de lhe prestar, sempre que lhe foram solicitados.

Mas o nosso acto, por isso mesmo que daria importantes vantagens á nação que a Alemanha considera o seu mais odiado inimigo, poderia ser malevolamente tomado por ella como pretexto para inofensivas relações contra o povo portuguez que já soffrera os seus barbaros ataques. Na previsão de tal eventualidade, compenetrando-se inteiramente das responsabilidades que comnosco ia assumir, o governo inglez dirigiu ao governo portuguez, em 17 de fevereiro de 1916, por intermedio da Legação Britanica em Lisboa, a seguinte solicitação:

«Tendo resultado serias difficuldades para o commercio, da presenca escassa de navios, difficuldades que são sentidas não só na Grã-Bretanha, como tambem nos paizes que mantem com ella boas relações, e tendo Portugal, desde o inicio das hostilidades, mostrado invariavelmente completa dedicação pela sua antiga aliada, o Ministro de Sua Magestade tem ordem, em nome do Governo da Republica, de instar com o Governo da Republica, em nome da Alliança, para que faça requisição de todos os navios inimigos surtos em portos portuguezes, que serão utilizados para a navegação commercial portugueza, e tambem entre Lisboa e os demais portos que se determinarem por accordo dos dois Governos.»

No dia 23 de fevereiro o Governo Portuguez requisitou, com effeito, os navios alemães fundeados nos portos nacionaes.

**A correção do governo portuguez.** Como a interpreta na sua arrogante nota de declaração de guerra o governo alemão

O acto da requisição dos navios

alemães teve de ser realizado de uma maneira rapida e segura pelo receio de que os seus tripulantes os deteriorassem. Que não era injustificado esse receio prova-o o facto de nenhum desses navios ter deixado de sofrer avarias propostas, que só não se tornaram irreparaveis pela precipitação com que foram comediadas. Ainda antes de se saber que essa requisição daria origem á declaração de guerra, já esse testemunho de hostilidade se produzia.

Entretanto, o governo portuguez nenhuma represália tomou para com os seus autores.

No mesmo dia em que a requisição dos navios se effectuava, o governo portuguez dirigiu ao seu representante em Berlim um telegrama em que o encarregava de comunicar essa resolução ao governo imperial, declarando-lhe ao mesmo tempo que a questão do direito fôra regulada num diploma legal que definia a situação das tripulações, a questão das indemnisações, etc. Porém, quatro dias depois o sr. Rosen, ministro da Alemanha em Lisboa, dirigia ao ministro dos negocios estrangeiros uma nota em que qualificava de singular quebra de direito e acto de força a requisição dos navios alemães, solicitando, em nome do seu governo, a immediata revogação daquela medida.

A resposta a esta nota foi enviada pelo governo portuguez ao nosso ministro em Berlim para dela dar immediato conhecimento ao governo alemão. O governo portuguez accentuava que os navios alemães imobilizados ha mais de 18 mezes nas aguas territoriaes portuguezas, deviam ser considerados como abrangidas pelo principio geral do «dominio eminente», estando assim Portugal justificado de exercer sobre elles o mesmo direito que exerce, em casos eventuaes, sobre a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdicção, ou seja o direito de usar della sempre que as necessidades do paiz o exigirem. Recordava que de modo semelhante procedêra o governo italiano, sem protesto do governo imperial, requisitando os navios alemães que nos portos de Italia se haviam refugiado. Acrescentava que os proprietarios dos navios seriam indemnizados em devido tempo, que o procedimento do governo se baseava na lei de 7 de fevereiro, base 10.ª, e que o artigo 2.º do tratado de commercio e navegação entre Portugal e a Alemanha só se restringia á requisição dos navios em transitio, ou, quando tambem abrangesse a dos navios fundeados, as suas disposições só obrigariam ao reconhecimento prévio do direito de indemnização, o que no decreto da requisição dos navios se fizera.

Por todos estes fundamentos juridicos, o governo portuguez não podia modificar o seu acto.

Ao mesmo tempo, porém, o governo portuguez incumbia ainda o seu representante em Berlim de, se essas razões não fossem attendidas, arguindo o governo alemão o nosso

paiz de quebra de neutralidade, lhe accentuar firmemente o infundado da arguição, não só pelas razões juridicas expostas como pela impropriedade da expressão, porque logo no começo da guerra, em 7 de agosto de 1914, o governo da Republica Portugueza declarava, com aplauso unanime do Parlamento, que em circumstancia alguma faltariam aos deveres da aliança que livremente contrahimos com a Inglaterra, e os governos estrangeiros, incluindo o alemão, tanto acataram os sentimentos de pura lealdade que nos ditavam essa attitude, que todos mantiveram aqui os seus representantes.

Foi a esta a comunicação que o governo imperial respondeu, em 9 de março de 1916, com a nota da declaração de guerra, entregue pelo sr. Rosen no ministerio dos negocios estrangeiros.

Nesse longo e arrogante documento, que tanto resonancia teve e tão legitima indignação despertou em todo o paiz e de que o governo deu conta ao Parlamento na historica sessão do Congresso da Republica de 10 de março, o governo alemão fez uma lista dos actos por Portugal praticados e por elle considerados contrarios a uma neutralidade, que nunca fôra declarada pelo governo portuguez.

Referia-se á prohibição do abastecimento de carvão aos navios alemães, ao consentimento da permanencia dos navios de guerra inglezes nos nossos portos, á permissão da passagem de tropas britannicas por Moçambique, á utilização da Madeira como base naval, a entrega do caça-torpedeiro «Lis» á Inglaterra — tudo actos manifestamente conformes com as facilidades e auxilios que, em harmonia com os deveres da aliança, solitamente haviamos prestado á nação ingleza, consoante o seu governo as julgava necessarios. O governo alemão absolutamente faltava á verdade, quando dizia que Portugal vendera os canhões ás potencias da «Entente», e não menos adulterava os factos, afrontando-nos indignamente, ao afirmar que os officiaes e soldados alemães que acompanhavam o dr. Schultz-Jena, á sua entrada de Naulila, a 19 de outubro de 1914, ali haviam sido aforçados, declarados presos sem motivo justificado, e depois, em parte, mortos a tiro, e os sobreviventes apresionados. Esta afirmação nunca o governo alemão a estribou em qualquer prova, antes pelo contrario, o que se provou foi a attitude hostil da parte da Alemanha. Outros pontos alusivos aos acontecimentos de Africa, e em que a Alemanha procurava apresentar-se innocente, vitima das nossas aggressões, embora todos esses factos se houvessem dado quando os alemães se encontravam em territorio portuguez, por elle invadido, ficaram já acina devidamente esclarecidos pela narrativa official desses mesmos acontecimentos. Sobre a questão da requisição dos navios, o governo alemão procurava rebater as razões juridicas que o governo

**Director, administrador, proprietario e editor,**  
**Redacção,**  
 Administração, tipografia e officinas de impressão, Praça da Republica—Feira.  
 Publicação semanal, aos sábados de tarde.  
 Aceitam-se e publicam-se informações ou correspondencias que não envolvam responsabilidade. Não se restituem autógrafos.  
 Toda a correspondencia deve ser dirigida á Redacção e administrada.—Praça da Republica—Villa da Feira.

portuguez alegará, tentando apresentá-lo como um violador do direito.

Com essa acusação, realmente singular da parte do Estado que invadiu a Bélgica, rasgando o tratado que garantia a sua neutralidade, e de que a Alemanha era uma das potências signatárias, e com o novo insulto de afirmar que Portugal só demonstrara a sua vassalagem à Inglaterra, acabava a nota apresentada pelo sr. Rosen, declarando que o governo imperial se considerava dali em diante em estado de guerra com o governo português.

Tendo ouvido a leitura de todos estes documentos, o parlamento votou por unanimidade a seguinte moção apresentada pelo sr. dr. Alexandre Braga:

«O Congresso da República, ouvindo as declarações do governo apoiou o seu procedimento, e reconhece com ele a oportunidade da constituição dum ministério nacional, que continue a salvaguardar a honra e os interesses da Pátria, executando as deliberações do poder legislativo, e conduzindo a esse fim.»

Dias depois, com efeito, organizava-se, em conformidade com os votos expressos pelo Parlamento, um ministério de característica acentuadamente nacional, destinado a realizar a aspiração da união sagrada de todos os portugueses.

**Em plena beligerancia.**  
Estreita-se a nossa solidariedade com outras nações. A guerra em África. Os actos do inimigo até ao bombardeamento do Funchal. A missão dos ministros portugueses a Londres

Estava declarada a guerra, a que logo se seguiu o rompimento das relações diplomáticas com a Austria. Natural e necessário era que a nossa solidariedade com as nações aliadas se estreitasse, entendendo-se o governo português com os governos das mais importantes de entre elas. Era a primeira das consequências lógicas que o facto capital de 9 de março devia produzir. Esse entendimento effectuou-se, portanto. Fômos representados na conferencia política e militar dos aliados, pouco depois realizada em Paris, pelo nosso ministro em França, e a seguir, na conferencia economica dos mesmos aliados, que também em Paris se effectuou, por delegados especiaes que o governo designou. Igualmente foi enviada a Londres uma missão official para conhecermos precisamente as disposições do Governo Inglez em relação ao nosso estado de guerra, e também para se resolverem varias questões, que já tinham sido objecto de negociações diplomáticas. Merecia especialmente a atenção do Governo o problema propriamente financeiro ou o estudo das qualidades que Portugal teria em Londres para as operações externas de que o Governo viesse a carecer. Todavia a viagem a Londres dos Ministros das Finanças e dos Negocios Estrangeiros foi principalmente determinada por um honroso convite do Governo Britânico, ao qual não podíamos deixar de corresponder com a maior cordialidade e com o maior empenho, para mais estreitar as intimas relações de amizade existentes entre os dois paizes.

Entretanto, as operações militares iniciavam-se, depois da declaração de guerra, na Africa Oriental, com a reconquista de Kionga que a Alemanha, em 1894, afrontosamente nos usurpara. Retomada Kionga, as operações seguiram para a invasão do territorio inimigo. As tropas portuguezas atravessaram o Rovuma, depois de sangrentos combates, e varrendo sempre o inimigo, penetraram na colonia alemã até ao forte de Newala. Um desses fluxos e refluxos que tem sido a caracteristica da guerra actual levou os nossos soldados a ceder momentaneamente algum terreno, mas a guerra em Africa prosegue vantajosamente, e é legitima a esperança que o Governo Portuguez alimenta de que em breve as nossas tropas recuperarão todo o terreno que tiveram de abandonar por um incidente de campanha, e farão novos avanços, batendo completamente os alemães no seu proprio

territorio, e hasteando ali, definitivamente vitoriosa a bandeira de Portugal.

Por sua parte, a Alemanha não nos poupa. Logo que se declarou a guerra, foram encontradas minas espalhadas pelo inimigo mesmo a entrada do porto de Lisboa. Não conseguiram os alemães os seus desígnios pelo esforço da nossa intrépida marinha, que, apesar do restrito numero dos seus navios, constantemente vigia pela nossa segurança, tendo conseguido que até agora nenhum ataque se desenhasse contra a costa do continente. Dessa bravura tradicional e constante foi exemplo o feito realizado pela pequena canhoneira «Ibo», repellido, no mar largo, o ataque dum submarino alemão. Todavia, os acontecimentos recentes da perseguição da «Machico», do ataque ao Funchal, do torpedeamento da barca «Emilia», do afundamento dalguns navios portuguezes, em viagem, e da tentativa contra S. Vicente de Cabo Verde, em cujo porto um submarino inimigo conseguiu introduzir-se, no dia 4 de dezembro ultimo, sendo repellido pelas canhoneiras portuguezas que ali se encontram, auxiliadas pela artilharia de terra, provam bem que o furor da Alemanha contra nós pôde ser impotente em muitos casos, mas em todos aqueles em que com eficacia se pôde exercer nunca deixa de saçar com barbara tenacidade.

Regressando de Londres os ministros que ali haviam ido em missão do Governo Portuguez, foi convocada o parlamento para o dia 7 de agosto, afim de ser presente ao Congresso da Republica o resultado dessa missão. O ministro das Finanças relatou os acordos a que se havia chegado com o Governo Inglez acerca da cedencia dos navios ex-alemães e sobre a questão financeira, relativa á guerra. Decidiu-se alugar a uma comissão representante do Governo Inglez todos os navios que não nos fossem precisos para as nossas urgentes necessidades, voltando esses navios ao nosso dominio logo que cessem as circunstancias especiaes determinadas pela guerra. Assim se acautelou a nossa aspiração de possuirmos uma importante marinha mercante, aproveitando nos perigos e riscos que a guerra nos acarreta.

Quanto á questão financeira, sob o ponto de vista da guerra, o Governo Inglez concordou em que se communicasse ao parlamento a seguinte nota:

«O Governo Inglez combinou com o Governo Portuguez fazer-lhe tantos empréstimos quantos forem necessários para o pagamento de todas as despesas que, para fins directamente relacionados com a guerra, os dois governos concordem que é necessário effectuar na Gran-Bretanha ou, excepcionalmente, noutros paizes aliados. O Governo Inglez fará estes empréstimos ao Governo Portuguez nas mesmas condições em que levanta dinheiro de tempos a tempos por bilhetes do Tesouro. O total emprestado ao Governo Portuguez será por este pago ao Governo Inglez dentro de dois anos, a contar da assinatura do tratado da paz, com o produto de um empréstimo externo, que será negociado por Portugal e para cuja emissão o Governo Inglez dará todas as facilidades possíveis.»

Por seu turno o ministro dos Negocios Estrangeiros, depois de acentuar as notáveis demonstrações de estima que a grande Nação aliada prestou aos representantes do Governo Portuguez, leu ao Congresso da Republica o seguinte documento em que o Governo Britânico convida Portugal a tomar um lugar na guerra europeia junto dos aliados:

«Os srs. Afonso Costa e Augusto Soares, Ministros Portuguezes das Finanças e Negocios Estrangeiros, confirmaram, em conversação com o principal Secretario de Estado de Sua Magestade para os Negocios Estrangeiros, o fôco de Portugal, pelas declarações do seu Parlamento e pelo unanime sentimento do seu povo, se ter invariavelmente colocado ao lado da Gran-Bretanha. Portugal sentiu que, acima de tudo, devia proceder como antigo aliado da Gran-Bretanha, para o que tem estado e continuará a estar pronto. Portugal deu provas disso em todas as occasiões, e especialmente quando os navios alemães foram requisitados, facto que conduziu á declaração de guerra pela Alemanha a Portugal. O Governo de Sua Magestade plenamente reconhece a lealdade de Portugal e a assistencia que já lhe está dando, e cordalmente o convida a uma maior cooperação militar ao lado dos aliados na Europa, em tanto quanto eles se julgarem capazes de a prestar. A comissão de guerra está sendo consultada com respeito ás pro-

videncias que serão propostas para assentarem preparativos necessários para esse fim.»

A seguir á leitura destes documentos, foi apresentada pelo sr. Correia Barreto a seguinte moção, a que o Congresso deu a sua aprovação plena:

«O Congresso da Republica, em consequência e execução das suas deliberações de 7 de agosto e 23 de Novembro de 1914, e 10 de março de 1916, e em atenção aos altos interesses nacionais, resolve dar plena satisfação ao honroso convite que o Governo de Sua Magestade Britânica fez, em 15 de julho ultimo, ao Governo da Republica Portugueza, para uma maior cooperação militar de Portugal na Europa, e mantém, para esse effecto ao Poder Executivo, as facultades anteriormente concedidas.»

**Será para Portugal um braço de gloria que ninguém lhe arrancará, o espectáculo que esta pequena nacionalidade dá ao mundo, considerando a aliança que a liga há seis seculos á Inglaterra um elo de bronze que ninguém e nada poderá despedaçar**

Eis os factos que precederam a declaração de guerra. Eis os factos que, até agora, foram suas consequências. Logo após a apresentação dos documentos que precedem ao Parlamento, o Governo Portuguez tratou de effectivar a participação de Portugal na guerra europeia. Mobilizou-se, o exercito, procedendo-se á instrução intensiva das forças que devem seguir para esse fim. A partida do primeiro corpo expedicionário vai-se effectuar. Pela primeira vez, de há cem anos a esta parte, a bandeira de Portugal flutuará, de novo, nos campos de batalha da Europa.

Pela exposição clara dos factos que nos levaram á guerra, e que da guerra são já a consequencia necessaria, o paiz inteiro fica sabendo que a honra da Pátria se manteve immaculada em toda esta longa situação internacional que neste momento chega á mais grave, mas também á mais gloriosa das suas fases. Percorrendo as paginas da sua historia, o povo portuguez encontrará titulos de nobreza, justificados em acções brilhantes que lhe asseguram a immortalidade. A essas paginas, porém, acrescentará aquelas em que se fixa a sua attitude actual, tomada em face dos maiores perigos que, sem duvida, podem ameaçar uma nacionalidade, mas que também lhe asseguram as compensações do heroismo, da dignidade e da lealdade reconhecidas pela humanidade presente como o serão pela posteridade justa.

Numa sequencia de lógicas attitudes, manifestou-se, sempre pura e decidida, a integridade moral da Nação. Foi essa a preocupação dominante do Governo Portuguez que, de frente bem alta, se apresentou constantemente perante amigos e inimigos, dando a todos as provas da mais absoluta lealdade, porque nem a uris faltou á minima parcela de fidelidade nos compromissos nacionaes, nem perante os outros já-mais procurou esquivar-se a nenhuma responsabilidade dos seus actos. O Governo Portuguez aguarda, sereno, os juizos da historia, porque tem a consciencia de que foi o mandatário da nação e o zeloso depositario da sua honra.

E' cedo para apreciar as possíveis vantagens da attitude que Portugal assumiu perante a conflagração europeia. Elas dependem da marcha dos acontecimentos. Uma, porém, lhe está já plenamente assegurada. E' a de se ter afirmado um povo digno das tradições do seu passado e das esperanças do seu futuro, digno da sua liberdade e da sua independencia, digno da nobre civilização a que pertence e em que o direito e a justiça são noções sagradas e invioláveis. Esta guerra começou pelo espectáculo, patenteando ao mundo inteiro, duma das maiores potencias do globo, calcando aos pés um tratado que ela assinara, para invadir um paiz e traiçoeiramente, assaltar outro, chamando depois a esse tratado «um farrapo de papel». Será para Portugal um braço de gloria que ninguém jamais lhe arrancará,

o espectáculo que esta pequena nacionalidade dá ao mundo, considerando o tratado de aliança, que a liga há seis seculos a uma nação amiga como um elo de bronze que nem a acção do tempo nem as violencias dos homens podiam quebrar.

Não somos levados pela ancia de conquistas, nem pela sede de recompensas. O superior interesse que nos guia, além da afirmação espiritual que nos orgulha, é o de tornarmos ainda mais sólida a nossa aliança com a nobre Nação Ingleza, que nos tem acompanhado sempre pela historia fóra, cimentá-la com os nossos esforços e os nossos sacrificios, valorizá-la e engrandecê-la, engrandecendo-nos e valorizando-nos a nós próprios. Já se chamou a esta guerra a guerra das pequenas nacionalidades, e é certo, porque o imperialismo alemão ainda não soube senão esmagar pequenos povos. Portugal é uma dessas pequenas nacionalidades, com profundas raizes historicas e um património colonial conquistado á custa de heroismos de que a humanidade largamente aproveitou. Portugal defende a sua vida e defende o seu património. Para isso derramará o seu sangue até á ultima gota.

O Governo Portuguez saúda os soldados que vão partir. Saúda o exercito e a armada, em cujo patriotismo e intrepidez repousa a segurança da Pátria. Saúda o Paiz. A honra de o representar neste momento culminante da existencia nacional basta para o compensar das agruras da missão que lhe tem sido dado desempenhar.

Presidencia do Ministério, 17 de janeiro de 1917. — Antonio José de Almeida — Braz Mousinho de Albuquerque — Luiz de Mesquita Carvalho — Afonso Costa — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — Vitor Hugo de Azevedo Coutinho — Augusto Luiz Vieira Soares — Francisco José Fernandes Costa — Joaquim Pedro Martins — Antonio Maria da Silva.